

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Nos anos 90** existiu um projeto sujeito a Estudo de Impacto Ambiental, que era um “pipeline” multiprodutos entre Aveiras e o aeroporto de Lisboa, que foi chumbado devido ao risco para as populações e múltiplos impactos ambientais, nomeadamente da faixa de exclusão necessária para a sua passagem.

Entretanto, em Maio de 2019, o senhor ministro do Ambiente e da Ação Climática **anunciou a construção de um oleoduto** para abastecer o aeroporto de Lisboa, que aproveitaria uma conduta de água já existente – a conduta do Alviela, da EPAL – que estava a ser desativada.

Na ocasião, o senhor ministro adiantou haver “uma intenção já declarada [...] de construir este oleoduto” por parte da **CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.**, empresa controlada pela Galp e responsável pela exploração do oleoduto entre Sines e Aveiras de Cima e também pela armazenagem e expedição de combustíveis na instalação de Aveiras de Cima.

O senhor ministro reconheceu na altura que, apesar da questão das alternativas ao abastecimento do principal aeroporto do país ser “um assunto antigo”, “naturalmente foi **acelerado a partir** daquilo que aconteceu e que mostrou a fragilidade que o aeroporto de Lisboa tem”, aludindo à **greve de abril do ano passado dos motoristas de matérias perigosas**. Esta paralisação revelou as fragilidades do sistema de abastecimento em Lisboa, tendo ameaçado a operação da infraestrutura devido à falta de combustíveis.

Até ao final do prazo fixado – 20 de Abril de 2020 – não foram formalmente apresentadas quaisquer manifestações de interesse em promover o projecto, excepto da própria CLC.

**A aprovação do único projeto de traçado existente foi já solicitada ao Governo** por parte da CLC e visa o aproveitamento da parte disponível da faixa do canal terrestre no qual se encontra instalada a antiga conduta de abastecimento de água para consumo humano, designada por **Aqueduto do Alviela**, afeto à EPAL (que deliberou, em 2014, desafetar da atividade), e que atravessa **uma das zonas mais densamente povoadas do país na sua passagem pelos**

## **Concelhos de Vila Franca de Xira e Loures.**

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro de Ambiente e da Acção Climática, as seguintes perguntas:

1. Qual o ponto de situação do pedido de **aprovação do projeto do traçado** e após um concurso público sem candidaturas?
2. Caso o projeto do traçado tenha sido aprovado, qual o ponto de situação do **procedimento de licenciamento próprio para a instalação da infraestrutura**, devendo o projeto em questão ser sujeito a apresentação por parte do promotor CLC dos **projetos base ou de detalhe** para a obra (incluindo as **“extensões territoriais”** que o projeto apresentado visa) e a **avaliação de impacte ambiental**?
3. A escolha do traçado e utilização daquela infraestrutura - aproveitamento do Aqueduto do Alviela - comporta elevados riscos de segurança, proteção civil e consequências ambientais reconhecidos pelo próprio presidente de Câmara de Vila Franca de Xira; com quem concordamos quando afirma que representará um perigo “permanente, real e efetivo”. Segundo o próprio senhor Ministro do Ambiente a **alternativa passaria por usar a autoestrada do norte (A1)**, mas que a obra implicaria fechar faixas de rodagem durante mais de um ano. “O canal é o sítio mais desimpedido e com grandes benefícios ambientais”.
  - a) Quais esses “benefícios ambientais” intrínsecos à utilização do aqueduto do Alviela?
  - b) Quais os riscos para a população que foram assinalados pelos relatórios de análise de risco de segurança?
1. Os eleitos municipais de Vila Franca de Xira incluindo o próprio presidente da Câmara, se declararam a favor da construção do oleoduto, mas **apenas se for afastada das malhas urbanas**. “É da maior importância que o aeroporto receba combustível de forma simples, rápida e segura. Mas não, a qualquer custo”, refere a moção aprovada por maioria em Assembleia Municipal e que o PAN subscreveu. Sugerem, por isso, que seja aproveitado para este fim o antigo **traçado definido para o TGV** (comboio de alta velocidade).
  - a) Quais os impedimentos para estudar esta possível **alternativa** de traçado?
1. Está também em causa um atentado à memória da conservação e preservação do património histórico de abastecimento de água, sendo necessária a salvaguarda e valorização de troços como é o caso do **Siphão de Sacavém**. Está prevista a salvaguarda e valorização destes troços?
2. Quais os compromissos e garantias de que esta solução virá resolver as necessidades de fornecimento de combustíveis ao aeroporto, implicará a redução do tráfego, das emissões de CO2 e de libertação de vapores de combustível para a atmosfera de viaturas pesadas transportando substâncias perigosas - caso o Governo finalmente avance com o Aeroporto do Montijo?
3. O financiamento da obra requer um investimento de **40 milhões de euros** e com data de finalização **até ao final do primeiro semestre de 2021**, vai efetivamente ser na totalidade efetuada por entidades privadas como foi afirmado?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2020

Deputado(a)s

BEBIANA CUNHA(PAN)

Deputado(a)s

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)

NELSON BASÍLIO SILVA(PAN)